

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
CENTRO BRASIL NO CLIMA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da CENTRO BRASIL NO CLIMA (“Entidade”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a NBC ITG 2002(R1) - aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados e emitimos relatório datado de 21 de janeiro de 2022, com modificação por limitação no saldo de abertura.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas e normas contábeis adotados no Brasil, com a NBC ITG 2002(R1) - aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros e pelos Controles Internos que faz uso na elaboração das demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeira, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa possível para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa função é considerar com razoável segurança que todas as Demonstrações contábeis analisadas, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o Relatório de Auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia plena de que a Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tendo por base as referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Cabe salientar:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências e auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cristiano Mendes de Oliveira', written over a faint circular stamp.

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.882	4.120	Fornecedores de materiais e serviços		68.520	7.004
Aplicações financeiras - Recursos sem restrição	5	759.051	356.650	Impostos a recolher	8	8.095	945
Adiantamentos diversos	6	39.819	1.466				
		803.752	362.236			76.615	7.949
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	16.696	8.755	Patrimônio social	9	386.256	386.256
		16.696	8.755	Superavit (Déficit) acumulado		357.577	(23.214)
						743.833	363.042
Total do ativo		820.448	370.991	Total do passivo e patrimônio líquido		820.448	370.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Receitas institucionais	11	<u>4.743.981</u>	<u>3.332.286</u>
		4.743.981	3.332.286
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal			
Despesas com serviços de terceiros	12	(4.196.606)	(3.055.461)
Despesas de localização e funcionamento		(20.292)	(66.477)
Outras despesas administrativas		(163.127)	(25.238)
Despesas com publicidade e divulgação		<u>(23.168)</u>	<u>(53.634)</u>
		(4.403.193)	(3.200.810)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		<u>40.003</u>	<u>6.700</u>
		40.003	6.700
Superávit líquido do exercício		<u><u>380.791</u></u>	<u><u>138.176</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Superávit líquido do exercício	<u>380.791</u>	<u>138.176</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>380.791</u></u>	<u><u>138.176</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	386.256	-	386.256
Déficit do exercício	-	(161.390)	(161.390)
Saldos em 31 dezembro de 2019 (não auditado)	386.256	(161.390)	224.866
Superávit líquido do exercício	-	138.176	138.176
Saldos em 31 dezembro de 2020	386.256	(23.214)	363.042
Superávit líquido do exercício	-	380.791	380.791
Saldos em 31 dezembro de 2021	386.256	357.577	743.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	380.791	138.176
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	-	-
Baixa de imobilizado	-	-
Superavit do exercício ajustado	380.791	138.176
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Adiantamentos diversos	(633)	121.180
	(633)	121.180
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores de materiais e serviços	61.516	4.560
Impostos a recolher	7.150	(204)
	68.666	4.356
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	448.824	263.712
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado e intangível	(7.941)	(5.516)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(7.941)	(5.516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(402.400)	(264.651)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de financiamentos	(402.400)	(264.651)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(129)	(6.455)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.119	10.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.990	4.119
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(129)	(6.455)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O CENTRO BRASIL NO CLIMA, associação privada, situada na avenida José Silva de Azevedo Neto, 200, sala 104 bloco 4, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22775-056.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), combinada com a NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixas

Caixa e equivalentes de caixas são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor justo por meio do resultado, que incluem os títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados a qualquer momento e a critério da Administração da Entidade, sendo contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante, no qual os ganhos ou as perdas não realizados sobre esses papéis são reconhecidos na demonstração de resultado.

(ii) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c) Estoques

A Entidade não possui estoques, os mesmos se referem, basicamente, a materiais de expediente, como almoxarifado de uso diário.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

(ii) Depreciação

A depreciação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são capitalizados, enquanto os demais são lançados a resultado, de acordo com o regime de competência.

e) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade, e são amortizados pelo prazo estimado de sua utilização.

f) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para perda do valor recuperável.

(ii) Ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros da Entidade estão representados, basicamente, pelo ativo imobilizado.

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - "impairment" em 31 de dezembro de 2021.

g) Provisões a apropriar

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios a seguir:

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(ii) Passivos referentes a processos judiciais

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

(iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Receitas e despesas

São reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3.990	4.120
Caixa Economica Federal	892	-
	<u>4.882</u>	<u>4.120</u>

5. Aplicações financeiras - Recursos sem restrição

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Economica Federal	759.051	356.650
	<u>759.051</u>	<u>356.650</u>

Os saldos de fundos de investimentos são reconhecidos pelo seu valor justo em contrapartida do resultado.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

6. Adiantamentos diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de fornecedores	2.099	1.466
Contas a Receber	<u>37.720</u>	<u>-</u>
	<u><u>39.819</u></u>	<u><u>1.466</u></u>

6.1. Contas a receber

O saldo do Contas a Receber é composto pela nota fiscal número 12 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso Sebrae MT, CNPJ 03.534.450/0001-52.

7. Imobilizado

A seguir a composição do saldo do ativo imobilizado:

	<u>Vida útil(%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Móveis, máquinas, equipamentos e utensílios	8,33%	516	-	1.614	1.098
Equipamentos de informática	20%	<u>7.426</u>	-	<u>15.083</u>	<u>7.657</u>
		<u><u>7.942</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>16.697</u></u>	<u><u>8.755</u></u>

Durante a primeira quinzena de janeiro de 2021, a Entidade realizou inventário físico do imobilizado, não encontrando divergências relevantes.

A sociedade não realizou a depreciação acumulada devido ao pequeno valor dos bens. Porém já foi conversado com a administração da sociedade que a depreciação será feita no ano de 2022.

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento, não há indicativos de existência de redução do valor dos ativos da Entidade.

CENTRO BRASIL NO CLIMA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

8. Fornecedores

O saldo da conta 2.1.1.02.0003 referente as Contas a pagar diversos, no valor de R\$ 68.520,00, é composto das seguintes notas fiscais:

- Nota fiscal 9910 da Fundação Dom Cabral, emitida em 30/07/2021, no valor de R\$ 79.420,00, tendo ocorrido cinco pagamentos ao longo do ano de 2021, no valor de R\$ 4.180,00 cada, somando o montante de R\$ 20.900,00. Ficando neste caso o saldo a pagar para o ano de 2022 R\$ 58.520,00;
- Nota fiscal 115 Feldemann Sociedade de advogados, emitida em 09/12/2021, no valor de 10.000,00.

9. Impostos a recolher

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
IMPOSTOS RETIDOS DE TERCEIROS	367	383
IRRF A RECOLHER	2.045	125
INSS A RECOLHER S/SERV TERCEIROS	3.654	-
ISS RETIDO DE TERCEIROS	82	48
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	1.946	388
	<u>8.094</u>	<u>944</u>

10. Patrimônio Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo Social da Entidade de R\$ 386.256,47.

11. Receitas operacionais - sem restrição

	31/12/2021	31/12/2020
Doações de pessoas jurídicas	4.743.981	3.332.286
	<u>4.743.981</u>	<u>3.332.286</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

12. Despesas com serviços de terceiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviço Pessoa jurídica	3.862.994	3.023.829
Honorários advocatícios	123.100	20.816
Honorários contábeis	12.045	10.666
Prestação Serviços Pessoa Física	165.420	125
INSS autônomos	33.047	25
	<u>4.196.606</u>	<u>3.055.461</u>

13. Remuneração de empregados e dirigentes

A Entidade não concede empréstimos aos dirigentes estatutários, membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Entidade não remunera seus dirigentes estatutários, membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como não oferece outros benefícios de longo-prazo.

Qualquer tipo de benefício oferecido aos colaboradores do quadro da Entidade não é estendido aos dirigentes estatutários e membros dos Conselhos.

A Entidade não oferece nenhum tipo de benefício pós-emprego, bem como nenhum tipo de benefício de longo prazo e nenhum tipo de remuneração baseada em ações.

14. Instrumentos financeiros e derivativos

A Entidade conta com um Comitê Patrimonial e de Gestão de Investimentos para o aconselhamento sobre alocações de investimentos financeiros e assessoria nas definições de cenários futuros, riscos e impactos sobre os investimentos.

a) Derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros com características de derivativos.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos do Governo.

c) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade de a Entidade computar perdas derivadas da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo. O risco associado a esses instrumentos financeiros é minimizado através da seleção de instituições financeiras bem-conceituadas.

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Entidade administra o risco de liquidez de curto, médio e longo prazos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

e) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Entidade, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de câmbio, índices de preços e moedas. A Entidade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente. A Entidade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

f) Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- Equivalentes de caixa e aplicações financeiras: equivalentes de caixa e aplicações financeiras são instrumentos pós-fixados e, portanto, os saldos contábeis já refletem, substancialmente, o seu valor justo. O valor justo dos investimentos pré-fixados é determinado com base nas informações das instituições financeiras custodiantes;

- Contas a receber e contas a pagar: A Administração da entidade considera que os valores contábeis destes instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores justos.

15. Renúncia fiscal

a) Imunidade

O CENTRO BRASIL NO CLIMA, por se tratar de uma associação privada sem fins lucrativos de caráter social nos termos do artigo 150, item VI, letra C da Constituição Federal, goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços.

- Na esfera federal a imunidade compreende o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, em conformidade ao art. 12 da Lei nº 9.532/97.

b) Isenção

O CENTRO BRASIL NO CLIMA, é isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000/99 - RIR/99 - c.c. art. 15, caput e § 1º, da Lei nº 9.532/97 e artigo 14 da Medida Provisória - MP - nº 2.158-35/01).

c) Tributação

O CENTRO BRASIL NO CLIMA, por atender aos requisitos da legislação, sendo imune do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, goza do recolhimento diferenciado da Contribuição Social ao Programa de Integração Social - PIS, pelo qual o tributo incide à alíquota de 1% (um por cento) sobre sua folha de salários (artigo 13, inc. VIII, da MP nº 2.158-35/01); observando os requisitos da legislação em vigor.

16. Considerações acerca da pandemia COVID 19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia global decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19).

Por sua vez, já em 16 de março de 2020, a entidade ciente da gravidade da situação adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de todo o corpo funcional para as atividades em home office. Adotamos uma estratégia de comunicação (reuniões virtuais da Diretoria com toda instituição, orientações pelos canais corporativos) e envolvemos toda a diretoria, as áreas de comunicação institucional, jurídica e de gestão de pessoas, objetivando esclarecer e informar, de forma transparente e permanente, seu quadro de consultores.

Estamos alerta e agindo de forma a mitigar os impactos da pandemia nas suas atividades, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros.

A Administração da entidade está alerta e agindo de forma a mitigar os impactos da pandemia nas suas atividades, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

17. Provisões para contingências

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos internos e externos.

18. Eventos subsequentes

A Administração da Entidade não identificou outros eventos subsequentes relevantes até 08 de julho de 2022.

19. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram apreciadas e aprovadas pela Diretoria.